



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2005, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, sito na Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR, às 09h00, sob a presidência do Sr. **Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, Juarez Moraes e Silva, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima; Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, José Sílvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Antonio Tortato, Leonardo Luiz Vicente, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Alberto Martins da Costa, Zulfiro Antonio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Carlos Roberto Frísoli, Jorge Tacla Filho e Luiz Antonio de Mattos. **Convidados**: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento, SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli e Laís Sávio, DPF - João Augusto Q. Santos, DRF - João Batista Firmiano, CEXPAR - Neri Becchi Dal Prá, APPA - Xênia Karina Arnt, Stella Maris Bittencourt, Ogarito Borgia Linhares, Kelly Frizzo e Priscila Pereira Mello. **Justificativa da Ausência**: Cons. Jorge Tacla Filho e Cons. Luiz Henrique Roos **1- Abertura dos Trabalhos**: O Presidente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Deu início a **Ordem do Dia**. - **2- POSSES**: **Bloco dos Operadores Portuários** - Representante (titular) dos **Titulares de Instituições Portuárias Privadas na Área do Porto** - Conselheiro WILEN MANTELI; **Bloco dos Operadores Portuários** - Representante (suplente) dos **Titulares de Instituições Portuárias Privadas na Área do Porto** - Conselheiro HERMES ANGHINONI. O Presidente fez uma ressalva com relação ao Conselheiro Hermes que não teve condições de reprogramar um compromisso e justificou perante a Secretaria do CAP, uma viagem a São Luiz do Maranhão, razão pela qual pede, ao Conselho, tolerância para que venha a tomar posse na próxima reunião, sob o ponto de vista de que não pode adiar esse compromisso. Tomou posse, o Sr. WILEN MANTELI, em substituição ao Conselheiro, Sílvio Gori que hoje se encontra entre nós, e sempre temos registrado a importância do trabalho que o Dr. Sílvio desenvolveu ao longo dos anos em que participou deste Conselho, que é um dos conselheiros históricos deste Colegiado, e por razão de uma necessidade de interesse particular teve que se ausentar por algum tempo, e hoje gostaria de saudá-lo e ouvi-lo, no momento em que retorna e este ambiente. O Sr. **Sílvio Gori** disse da sua satisfação de ter participado do Conselho. Primeiro agradeceu ao Presidente do CAP, pelo convite e oportunidade de comparecer a essa reunião, para cumprimentar seus amigos conselheiros e despedir-se do Conselho. Como é do conhecimento da maioria, esteve licenciado. Nessa transição, que se realiza hoje, disse que não poderia deixar de comparecer, e despedir-se dos amigos conselheiros. Disse ainda que faz parte desse CAP, desde a sua constituição, na qual se orgulha de ter feito parte desde sua implantação que ocorreu através da lei, 8630/93. Agradeceu o apoio recebido, nesse período em que permaneceu que foi para ele um grande aprendizado e principalmente as inúmeras amizades que fez. Apesar das adversidades, deixa o CAP/Paranaguá, com a certeza do dever cumprido. Com a honestidade de suas posições, mas também triste, podendo até afirmar que irá sentir falta, pois foram longos anos de convivência. Trabalho, debates e discussões sempre com o objetivo: o progresso do Porto. Porém, ao mesmo tempo, contente pelo seu substituto, o Sr. Wilen Manteli, Presidente da ABTP - Associação Brasileira dos Terminais Portuários, entidade em que se orgulha de ter



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 -1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

representando durante todos esses anos, no Conselho. O Sr. Mantelli para o CAP de Paranaguá, não poderia ter vindo no momento mais propício e importante para o Conselho, acredita que ele vai trazer inúmeros benefícios e contribuir de forma significativa para as mudanças e desenvolvimento do Porto, pois ele trata-se da maior representação de entidade empresariais do Brasil, que batalha na modernização dos portos do Brasil. De certa forma é um privilégio para o nosso CAP em contar com a sua participação. Desejando aos conselheiros sucesso e que continuem mantendo o CAP/Paranaguá, na posição de Autoridade Portuária, competência essa estabelecida na Lei dos Portos. O Presidente **Hélio** colocou ao Cons. Sílvio que as pessoas verdadeiramente importantes, são aquelas que constroem a história. E na historia do CAP de Paranaguá não deixa dúvida de que a sua presença, sua contribuição, sua dedicação e seu empenho, estão registrados, não só nos anais do CAP como também na memória e na estima de cada um dos Conselheiros. Agradecendo a presença do Dr. Sílvio, no CAP, durante todos esses anos. Dizendo ainda, "Uma vez Conselheiro, sempre Conselheiro". O Conselheiro **Fayet** coloca que o afastamento do Cons. Sílvio é temporário e que estarão juntos novamente e que ele goza da confiança e admiração, de todos os Conselheiros. Sabendo que o CAP poderá contar sempre com sua experiência e dedicação. A Conselheira **Maria do Socorro**, afirmou que conviveu com o Conselheiro Gori por mais de doze anos, desde que foi fundado o Conselho, pois estiveram em Brasília, na primeira posse, antes da sua fundação. Participaram de muitas comissões, tiveram muitas lutas, contradições, por muitas vezes tiveram batalhas duras, mas sempre respeitando as personalidades de cada um e que sempre lutaram em níveis de idéias e não de pessoas. Este foi um ensinamento grande, a partir do momento em que se tem o contraditório. O contraditório enriquece o seu pensamento, faz com que crescamos. O Conselheiro **Ozeil** coloca que as intervenções feitas pelo Dr. Sílvio, sempre foram muito precisas, objetivas e com uma contribuição extraordinária, propôs uma salva de palmas ao Dr. Sílvio Gori. O Presidente **Hélio** dando prosseguimento a pauta destaca que o CAP está recebendo mais um integrante ao Conselho, o Sr. Wilen Manteli, que é uma das maiores expressões no setor portuário e que certamente a sua presença irá somar no Conselho, e que o Colegiado acolhe com muito bom grado a designação que o Exmo. Sr. Ministro fez para que ele viesse a integrar o Conselho, e nesta ótica o convida assinar o livro de posse e considerar-se empossado no Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina. O Conselheiro **Wilen** coloca que é um prazer estar em Paranaguá, onde aprendeu muito, nesses últimos anos com a implementação da lei e dizer que foi, não convidado, mas intimado, pelo setor empresarial, para assumir esse honroso posto, tendo em vista o momento apenas, que sua posição é transitória porque tanto a Comissão Portos como a Associação Brasileira dos Terminais Portuários, defendem a regionalização do Porto, notadamente quanto a sua administração. Entende que a sua estada aqui é honrosa e concluiu com dois propósitos; de ajudar o CAP, que é um Conselho brigador, e um dos conselhos que mais tem se destacado em nível nacional, no enfrentamento e nas dificuldades. Vem participar do Conselho para contribuir com o Porto, uma vez que o Porto de Paranaguá não é um Porto Estadual e sim um Porto de interesse nacional e internacional. Vem para resgatar essa importância. E numa fase transitória coloca-se a disposição de todos, vindo com o espírito de pacificar e fortalecer o CAP. Porque o CAP, mesmo que haja algumas posições contrárias, é o órgão máximo de qualquer gestão portuária, e a sua competência está consagrada na Lei dos Portos, e na Comunidade portuária que traça o destino de seu porto. Finalizou agradecendo pela sua designação ao CAP/APPA. O Presidente **Hélio** informou que passará ao conselheiro recém empossado, as regras básicas do Regimento



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP. 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 3420-1142 – Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

interno e de Normas de funcionamento das Comissões. O Conselheiro **Bósio**, saudou o Sr. Wilen Mantelli, dando boas vindas. Disse que o conhece há muitos anos, pelo trabalho que desenvolve na Associação. **3 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS - 130ª e 138ª Reuniões Ordinárias do CAP.** O Conselheiro Carlos Alberto Calvo, solicitou, que na página 15, fosse substituído o termo "**somente**" pela palavra "**prioritariamente**". A Conselheira Maria do Socorro, em nome do Bloco dos Trabalhadores disse que ata foi muito reduzida, não reflete efetivamente o que foi dito. Pede, então a não aprovação da Atas 138ª, que ela possa ser revista em todo o seu contexto. Com relação a Ata 130ª, o presidente **Hélio** falou que ela se deu em dezembro/2004, solicitando que fossem designados dois conselheiros para a elaboração da citada ata. Foram designados o Conselheiro Calvo e a Conselheira Maria do Socorro, para elaborarem a ata, que deverá ser submetida ao Colegiado na próxima reunião. **4. POSICIONAMENTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP:** **4.1 - Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários – Relatório sobre a Proposta Orçamentária e de Investimentos da APPA para o exercício de 2006 (Ofício 500/05-APPA) –** O Relator Cons. **José Roberto Almeida Correa**, colocou que a Comissão reuniu-se e resolveu manter o conteúdo do Relatório anterior (04/2005), solicitando ao Presidente deste Conselho, a alteração no encaminhamento dos assuntos desta natureza a serem analisados por esta Comissão, uma vez que a APPA enviou a Proposta Orçamentária para este CAP em 01.08.05, mas só chegou ao conhecimento da Comissão em 02.09.05, sem tempo disponível para encaminhar sugestões, pois o Governo do Paraná tem o cronograma de efetivação da proposta até o dia 10 de setembro de 2005. Considerando que a pedido da Comissão a APPA apresente a Proposta Orçamentária ao Colegiado, dando conhecimento a todos. O Presidente **Hélio** fez uma ponderação que de fato o CAP recebeu a Proposta Orçamentária em 1º de agosto, e na reunião do dia 09, Reunião Extraordinária, foi apresentado ao Colegiado como recebida essa documentação e se ata estivesse pronta teria esse registro, de que de imediato, foi passada à Comissão para análise. No entanto, não se efetivou essa transferência. No entanto, a Comissão tomou algumas iniciativas, no sentido de cobrar, também. Há uma morosidade no serviço de secretaria. O Cons. **José Roberto** sugeriu que independente dos assuntos a serem encaminhados, quando chegarem na Secretaria do CAP, o próprio secretário poderia conversar com o presidente independente de ter a reunião ou não, encaminhar à Comissão para que acelere os seus trabalhos e sempre tenha tempo disponível para analisar e não perder o prazo. O conselheiro sugeriu, ainda, que em se tratando de orçamento, que a própria APPA agende uma apresentação para o Colegiado, para que respondessem as dúvidas que pudessem surgir, e quando fossem para a Comissão ela já teria condições de analisar. O Presidente **Hélio** solicitou, que a APPA fizesse uma apresentação da matéria na próxima reunião do CAP. **4.2 - Comissão de Operações Portuárias e Pré – Qualificação de Operadores Portuários – Informações sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 – APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracações e Operações de Navios –** A Relatora "ad-hoc" Cons. **Maria do Socorro de Oliveira**, informou que houve uma reunião com vários setores que movimentam o Porto, e considera ter sido importante porque chegaram a algumas conclusões que vão acabar desenvolvendo um resultado. A conclusão é que não se tem dados, e que está se tratando das questões da Ordem de Serviço sem ter dados concretos que digam efetivamente onde está o problema mas de forma mensurável, fazendo com que dificulte as negociações. Os representantes decidiram que no dia 28 todos os seguimentos portuários vão entregar os dados de onde estão os problemas, quais são os



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

efeitos deles na questão da operação portuária. Esses dados serão encaminhados a APPA, com cinco dias de antecedência, para que ela possa analisar, e a partir daí ter uma outra reunião para ver o que pode ser alterado e o que está afetando na operação portuária essa Ordem de Serviço. A preocupação é que as alterações sejam feitas dentro de uma visão de conjunto, do público, não de visão parcial de um ou outro seguimento interessado. Pediu ao Diretor Empresarial da APPA, que esteve presente, que comentasse sobre o assunto, e sugeriu ao presidente do SINDOP que pudesse ser ouvido. O Diretor Empresarial - APPA - Conselheiro Ruy disse que a iniciativa foi deveras positiva, uma vez que se pode buscar uma aproximação maior. Que tipo de aproximação? Aproximação para entender melhor as problemáticas que afetam e para que tenham mais sinergias em buscar respostas e soluções a elas. O SINDAPAR e o SINDOP se empenharam em trazer os reflexos pontuados, posicionados, porque eles percebem aqueles que são mais problemáticos, para que a APPA possa refletir sobre o assunto e ver de que forma se possa melhorar, com maior rapidez e eficiência. O representante do SINDAPAR, confirmou as palavras da Conselheira Maria do Socorro e do Dr. Ruy que no dia 28 estará entregando os dados para uma análise conjunta com a APPA, após isso terá uma outra reunião no dia 05 de outubro, e que espera que isso tenha um encaminhamento positivo. O representante do SINDOP disse que também esteve presente, na reunião, e que foi muito produtiva, que estiveram por duas horas discutindo, e isso era o esperado, conseguiram entrar em detalhes em algumas questões, outras, faltam dados. Acredita que foi um bom início e há uma expectativa grande de um prazo curto, para obter grande saída de evoluir um pouco mais nessa Ordem de Serviço nº 036/05, e que estará sempre presente para contribuir sobre essa questão. O Conselheiro José Roberto aproveita a existência dessa Comissão, e disse que protocolou uma correspondência no CAP, justamente com relação aos dois terminais que operam nos berços 201 e 206 que têm condições de embarcar diariamente, cada um entre 12.000 a 20.000 toneladas de cereais aproximadamente, contra a descarga cerca de 5.000 toneladas dia, de fertilizantes. E que é realmente algo que se entende como inadmissível que vem ocorrendo com dois berços com alta performance de embarque. A fila de espera para atracação no berço 201, hoje, está em 19 dias, e no berço 206 em aproximadamente 15 dias. Que esteve conversando com o pessoal da Bunge e com o Dr. Ruy (Diretor Empresarial - APPA), reivindicando alguma ação, visto que estavam atracando cinco navios de fertilizantes, no Porto, e as pranchas não vinham sendo cumpridas. A partir dessa conversa, notou que passaram a atracar três navios de fertilizantes. Só que os berços 201 e 206, ao longo dos anos, a sistemática de atracação foi alterada de descarga de cereais para descarga de grãos, então hoje, se tem no berço 201 navios que chegam para carregar 40 mil toneladas que carregam em dois dias e meio ou três levando 19 ou 20 dias para atracar, inclusive, o navio agenciado pela Fertimport foi cancelado no berço 201 e foi carregar em São Francisco do Sul. Hoje, por exemplo, a Soceppar tem um navio de 48 mil toneladas de farelo "GMO FREE", farelo com certificação de não transgênico, rastreado, e esse navio tinha sido nomeado, cancelou devido a espera, agora ele veio aqui e vai levar de 19 a 20 dias para atracar. Então, o que se pede, até como protesto, que a Comissão analise, os fatos, porque antigamente o que ocorria, é que sempre se colocaram navios de fertilizantes, e como são berços que tem alta performance, ele chegava, e atracava. E na saída atracava um outro navio. O conselheiro José Roberto sugere à Comissão, que faça uma escala de navios que são rápidos para carregar, e a cada dois navios de farelo atraque um, ou um por um, porque atualmente está se perdendo carga. Que o berço 201 não vai conseguir embarcar um navio sequer no berço 201, sendo que a empresa Soceppar está com dois navios ao

largo e não vão conseguir embarcar neste mês, ficará o mês inteirinho para embarcar um navio. Acredita, que provavelmente esse navio deva ser desviado de Paranaguá. Acha que a APPA deveria priorizar os embarques de alta performance, mesmo porque os berços 201 e 206 são berços que não entram equipamentos de alta produção de fertilizantes. Com cinco navios de fertilizantes atracados, estava se fazendo 12 mil toneladas por dia e nenhum deles cobrindo a prancha, e a APPA não destacou os navios, se antigamente trabalhava-se nos berços 209 e 211 com esses equipamentos de alta performance, fazia-se de 15 a 16 mil toneladas, então, não sabe se deve priorizar a baixa produtividade ou então a coisa volta como era anteriormente. Porque acha que não está bom nem para quem trabalha com fertilizante, por não estarem satisfeitos com essa situação. Solicita o bom senso por parte da Administração dos Portos, que se as coisas continuarem nesse estado, coloca em sua carta, que por esses motivos, estará dispensando 32 funcionários de sua empresa, por não ter condições de pagar os seus salários. Terá que reduzir seus custos para sua Empresa sobreviver. A Conselheira **Maria do Socorro**, em nome do Bloco dos Trabalhadores, manifestou sua preocupação pelo Porto. Não deveria haver dificuldade em exportar soja convencional e seus derivados pelo Porto de Paranaguá, Fala-se de pessoas demitidas. Seriam mais de 110 postos de trabalhos perdidos. Se existe algo que preocupa o Bloco dos Trabalhadores, realmente é o desemprego. Pensa que a Ordem de Serviço deve ser revista, pois onde tiver problemas que a solução seja de ordem pública e de interesse comum, deve se buscar esta solução. O Conselheiro **Carlos Alberto Calvo** complementando o assunto, disse que participou da reunião, e foram dois pontos principais que tomaram mais tempo da reunião. A situação dos dois berços da SOCEPPAR, berços 201 e 206, onde há fila enorme para embarcar fertilizantes. Um ponto positivo, sobre esse assunto discutido na reunião, mesmo não havendo consenso, foi uma reivindicação sua com o Porto. Que o Eng^o Claubert, expressou sua opinião dizendo que o melhor berço para fertilizantes não estava sendo usado, e como não está sendo usado, estava ocioso. Que o berço onde se poderia trabalhar com soja, tendo navio esperando, estava ocupado com navio de fertilizantes. Um berço que tem equipamento de terra, guindaste, poderia produzir muito melhor, enquanto um navio de fertilizante estava no berço 201. Acredita, então que foi um ponto positivo na reunião, que o assunto possa andar um pouco mais rápido, já que tem esse entendimento da APPA, que pelo menos algumas pessoas da APPA tenham esse entendimento. Outro assunto da reunião que achou importante, e que foi discutido, foi uma reivindicação fundamental, sobre uma preferência que existe no berço do container, sobre a preferência nessa Ordem de Serviço 036/2005, que permite navio de carga geral naquele berço. Acredita que foram os itens mais discutidos na reunião, até pela importância. E hoje, nessa Ordem de Serviço, tem uma preferência para a Carga Geral justamente no berço que poderia movimentar container, atrapalhando muito a produtividade, e a movimentação. O Cons. **José Roberto** disse que inclusive, na carta em que enviou à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, onde relata que tinha um navio que estava descarregando fertilizantes no berço 212, e chegou um navio para carregar, no mesmo berço 212 (Corredor de Exportação) para o berço 201 a fim de terminá-lo, ainda colocou na fila do berço 201 o navio IVS Kestrel, que estava programado para descarga de fertilizantes no berço 211, na frente do navio de farelo que estava aguardando para carregamento no berço 201, prejudicando, mais uma vez, os carregamentos de grãos no referido berço. Esses novos procedimentos obrigaram a Soceppar que opera no berço 201, a demitir 32 funcionários no dia 16 de setembro de 2005, reduzindo seu quadro de trabalhadores. Apesar de estar com seus armazéns cheios, a Soceppar, não conseguiu atracar sequer um navio para embarque,



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

neste mês, alguns programados cancelaram a escala em Paranaguá ou desistiram do embarque depois de um longo tempo na fila. Entende que é inadmissível que investimentos de milhões de reais em equipamentos de terra, para embarque automatizado de alta produtividade seja desprezado, em benefício de descargas de baixa produtividade, que poderiam ser efetuadas com maior eficiência em outros berços. O Conselheiro **Ozeil** solicitou que o representante da APPA, se manifestasse com relação a colocação posta pelos Conselheiros José Roberto, Carlos Alberto Calvo e Maria do Socorro. O Conselheiro **Sérgio Botto** disse que essa questão vem demandando já uma discussão pública. O último capítulo disso foi uma decisão judicial que o Juiz de Paranaguá determinou que o Porto recebesse o organismo geneticamente modificado e que foi caçada dois dias depois pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. No que diz respeito a não transgênica quem vai falar sobre isso é a Diretoria. Com relação a colocação do Dr. Ozeil, se tem discutido como pano de fundo de todas as questões diversas sobre a Administração de Paranaguá, essa questão dos transgênicos. Se chegou a uma decisão política, algum tempo no sentido de, se operadores privados desejarem construir silos para receberem na forma da lei federal, organismos geneticamente modificados, que é um assunto para ser estudado, e até hoje, estranhamente, não houve alguma procura, nem do Governo do Estado, nem da Administração do Porto. Para que esse assunto seja resolvido não a luz do que o relatório da ANTAQ insiste em dizer, mas a luz das decisões judiciais respaldadas na lei federal. O Conselheiro **Ruy** falou que na reunião que teve com o SINDAPAR, ficou denotada a preocupação com as problemáticas de acomodação, de argumentação, e como fazer com que o efetivo de toda a demanda seja bem atendida. O que se precisa, todavia, é isso que fundamentalmente pediu na ata, nesses maiores indicadores, porque pretensamente alguns dos senhores possam aduzir que ele não conheça de operação, enganam-se. O que estão aprendendo, é entender como é que funcionam os interesses compatíveis do Porto. Não há como privilegiar todo o mundo. A OS 36, têm três conotações verbais diferenciadas, dando referência a prioridade, e a terceira que lhe hoje, no momento. Nós precisamos dar grau, escala e entendimento pleno a esses três adjetivos que são fundamentais na Ordem de Serviço. E é por isso que uma boa leitura de lei, uma boa leitura de norma, uma boa leitura de Ordem de Serviço, precisamos entender exatamente, das colocações, dos capítulos, dessa Ordem de Serviço, para que as coisas consigam se ajustar em adequação, na demanda, e a necessidade. Sempre haverão descontentes. Por mais que se faça, por mais que se tente, por mais que se busque, sempre haverão descontentes, e isso faz parte da vida, da retórica. Esse é um grupo de trabalho, são homens de negócios que estão aqui. E quem está no negócio tem que estar pró apto, também aos riscos dele. É um Porto Público, está frisando isso porque se fosse privado, quem sabe fosse muito mais fácil. Disse que se tem a prevalência da tarifa pública e por se tratar de porto publico a economia do Estado, a economia do país, o que é em ordem necessária mais ou menos importante. Solicita que os empresários apresentem, sempre suas críticas e suas reclamações, para que sejam melhoradas a atividade portuária, a fim de que a APPA busque esforços para melhorar sua eficiência. O Conselheiro **José Roberto** reivindica, com relação a atracação de navios, que se intercale, que se ache uma forma para que a Empresa não venha perder essa movimentação em Paranaguá. O Conselheiro **Jorge Tacla** afirma que não estão buscando privilégios e sim buscando uma operação mais limpa, mais ágil e melhor para o Porto. Que a Soceppar coloca que deixou de carregar, no Porto de Paranaguá, 46 mil toneladas, mas que na realidade, deixou de carregar 62 mil toneladas, sendo que 16 mil toneladas ele carregaria no Corredor de Exportação e estão depositadas na Cotriguaçu, atrapalhando a

operação. Uma outra situação são os navios nos berços 201 e 206, não permitem operação com guindastes de terra em que alguns operadores investiram bastantes neles, que tem alta produtividade, não podem ser utilizados em descargas de fertilizantes, mesmo porque esses dois berços não comportam. O Conselheiro **Frisoli** complementando o Conselheiro **Jorge**, disse que não trata-se muitas vezes da questão legal, trata-se mais de bom senso. Se olharmos dentro de Paranaguá, existe uma capacidade limite para receber fertilizantes, seja de armazéns, seja de caminhões, ou de equipamentos. Então colocando dois navios ou quatro navios de fertilizantes atracados, eles vão receber aquela quantidade. Colocar navios de fertilizantes do armazém oito para lá, todo mundo sabe que é baixa produtividade, porque tem que colocar guindaste, tem que por funil, todo mundo sabe. Isso é histórico. Teoricamente a margem que se está ganhando com dois navios, se está perdendo com navios onde tem bons equipamentos. Não aumenta o número de caminhões, em Paranaguá, e nem espaço para descarregar, e os armazéns têm limites físicos. O Presidente **Hélio** registrou que a correspondência enviada pela Soceppar, foi registrada pela Secretaria do CAP e distribuída cópias a todos os Conselheiros. Após várias considerações dos Conselheiros sobre a matéria, o Presidente **Hélio** sintetizou dizendo que o ponto positivo da convergência, é dar possibilidade a essas reuniões, que foram aprovadas no colegiado por unanimidade. Discutindo a Ordem de Serviço nº 036, que o fruto já está declarado com a reunião que houve, onde uniu todos os agentes envolvidos com interesses de solucionar o problema que foi objetivado em buscar alternativas. Foram programadas reuniões para receber contribuições dos dois sindicatos, SINDOP e SINDAPAR. Entretanto em face da ponderação da Soceppar, coloca, enquanto secretaria do Conselho, que irá encaminhar a correspondência a Administração do Porto, em que pese todas as anotações e a participação dos Conselheiros representantes da APPA.

Item 5 - REPRESENTATIVIDADE E RELATORIA DAS COMISSÕES - O Conselheiro **Sérgio Botto** – Disse que havia se manifestado em relação a esse assunto em uma reunião anterior, e a partir daí a experiência trouxe a dificuldade do andamento do trabalho das Comissões. Pergunta qual foi o critério utilizado para a Composição das Comissões? Disse que o Bloco do Poder Público é composto pelos representantes da união, do Estado, do Município. Quando essas Comissões foram compostas, o titular representante do Governo do Estado jamais tomou posse, porque não concordava com certo tipo de atitude. Que há um evidente descompasso na representatividade na composição dessas comissões, e verifica que o Município de Paranaguá que possui dois representantes no Bloco do Poder Público, titular e suplente estão em todas as Comissões, com o titular e com o suplente. Enquanto os representantes do Estado não estão presentes em todas as Comissões, quando figura o nome do Dr. Mauro Maranhão, que na época era suplente do titular que não tomou posse. A partir disso modificações ocorreram na Composição do Conselho, e acredita que não há dúvida que há um desequilíbrio na representatividade. Observa situações concretas, quando da votação de questões postas ao plenário, e o voto do poder público raramente é computado, porque há divergência em vários aspectos com relação a pontos de vista do Governo do Estado e do Governo Municipal, e o Presidente que é o terceiro membro do Bloco, se abstém de votar, e empatada a votação o voto não é computado na plenária. E nas Comissões, apesar de não terem previsão legal, mas de alguma forma podem ser úteis para o andamento dos trabalhos é preciso que se reequilibre a representatividade. O titular do Governo do Estado e o Suplente existem, e não cabe apenas a substituição nas Comissões. Submete a presidência que se pondere isso, para que os trabalhos das Comissões tragam efetividade para deliberação ao plenário. O Presidente **Hélio** disse que se tem razão quando se coloca



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 3420-1142 – Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

da necessidade da representatividade dos representantes do Estado e do Município estarem participando das Comissões, pois esse é o Espírito delas, que tenham representação de todos os segmentos. Apenas consta atualmente essa composição, porque na época que ela foi montada, foi feita a reformulação das comissões, e reintegrada os seus membros, o estado só tinha um representante na época, que era o Dr. Mauro Maranhão, que foi incluído mediante entendimento das partes, nas Comissões que houve interesse, e se decidiu que qualquer outra variação seria apenas registrada em Ata. E essa é a hora oportuna para que se venha fazer uma posição do que se refere a representação do Poder Público, salientando inclusive que não participam dessas comissões apenas o titular, mas também os suplentes. O Conselheiro Juarez disse concordar da existência de um desequilíbrio na Representação do Poder Público, e por várias vezes sentiu-se desconfortável por estar ocupando uma posição, que deveria estar por legitimidade com o Governo do Estado. Nesse momento participa de duas comissões como titular, e coloca suas funções a disposição do plenário, visto que o tema faz falta nessa pauta. Acredita que com isso se ganhará muito. Esclarece que as duas cadeiras de suplente e titular, são representações respectivamente do Município de Paranaguá, e do Município de Antonina, um pressuposto da Lei 8630, que é que todos os municípios que estejam na área do CAP, se façam representar. O Conselheiro Fayet, disse que o desequilíbrio na composição das Comissões tem sido observado, e sugere que o Bloco do Poder Público se reunisse, reformulasse a sua participação que é por blocos, e passasse para o Conselho. O fundamental é ficar o registro de que não existe nenhuma restrição. O Conselheiro Bósio disse que é necessário rever o passado para construir o futuro. Disse que não está inserido o Poder Público em alguns blocos, porque na ocasião que foi estabelecido o critério das Comissões, o Superintendente não assumiu, mas se tivesse assumido deveria fazer parte do seu Bloco, que na sua visão era uma das Comissões mais importantes na ocasião, que é a Comissão de Ações de Agendas Propositivas. Quando assumiu a comissão, procurou por diversas vezes o Superintendente da APPA para traçar um plano de trabalho do usuário, ligado diretamente a APPA, era a sua intenção que se fizesse um trabalho em conjunto, porque entende que não existe APPA, nem Porto sem usuário. Acreditava fazer um bom entendimento nesse sentido, mas em nenhuma das vezes foi atendido. Tentou trazer mais carga via Porto de Paranaguá, porque é sua obrigação como usuário fazer com que Porto cresça através do aumento de cargas, e não teve a oportunidade de fazer isso, por não ter apoio da APPA. Deixa claro que na época que foram estabelecidas as Comissões, as autoridades portuárias estavam bem representadas. Disse que gostaria que a APPA desse mais atenção a sua Comissão, porque existe o interesse que todos cresçam, sendo que o importante é encurtar distâncias entre o usuário e a APPA, pois tem que existir entendimento, e a APPA apesar de ter papel público, tem que ter procedimentos empresariais. A Conselheira Maria do Socorro disse que como participa de várias comissões e acredita ser importante uma representatividade efetiva, e para se alcançar os objetivos. O Presidente Hélio faz um apelo a todos os blocos, que em razão do ingresso de novos conselheiros, e da rotatividade natural, que revissem a suas representações. Que informem a Secretaria do CAP qual será a composição de cada uma das Comissões, porque elas são fundamentais para auxiliar nas deliberações. O Conselheiro Sérgio Botto, se utiliza do exemplo da Comissão VI, que é a Comissão do Conselheiro Bósio, onde se verifica claramente que não há qualquer autoridade do Governo do Estado, ou da APPA, encontrando-se apenas como suplente representação do Poder público. Na sequência, o Conselheiro Mauro Marder agradece o tempo que participou como Conselheiro do CAP, disse que pediu para ser substituído por motivos



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappingua@pr.gov.br

pessoais. E que está sendo substituído por alguém mais bem preparado. Deseja sucesso ao Sr. Mantelli e ao Sr. Hermes. Agradece ao Sr. Presidente em especial que sempre os tratou em com objetividade, educação e gentileza. O **Presidente** Hélio informou que a transição só ocorre quando a posse daquele que está sendo designado. E que enquanto isso a condição de Conselheiro permanece. Na continuação da pauta, o presidente justificou a ausência do Comandante Santos Moreira, e do Delegado Fabiano Bordignon.

Item 6 - INVESTIMENTOS ANUNCIADOS PARA O PORTO DE ANTONINA – Fruto de uma informação disponibilizada pela APPA, no seu site, onde diz que: " O projeto de revitalização do Porto de Antonina, Barão de Tefé, realizado pela atual gestão portuária, está em pleno desenvolvimento, e se reflete em gestão de 20 milhões de reais, em significativos projetos de melhoria, baseados no esforço de infra-estrutura portuária e na confirmação de negócios com clientes internacionais" O **Presidente** disse que pautaram essa matéria, porque acreditam que o Porto de Antonina é merecedor de todo esforço no sentido de melhorar a sua performance, de melhorar as suas instalações, e equipamentos, que possam melhorar o espaço próprio. O Sr. **Leopoldino** disse que perto de 120 dias o Dr. Eduardo Requião, designou para o Porto de Antonina o Dr. Paulo Moacyr da Rocha Filho, para coordenar os estudos de revitalização das Atividades Portuárias, e aplicação de investimentos na área Retro-Portuária, e nos acessos viários. Preparou um trabalho. Lê o documento com o seguinte teor: "O conceito da nossa vontade em revitalizar é que ANTONINA é um Porto vocacionado, por características naturais. Foi o primeiro Porto do Estado, durante muitos anos, o quarto do país. E apresentou recentemente uma operação de excelência em barcaças, possibilidade da recepção de navios box shapped, Porto alimentador (Feeder Port), de Paranaguá e Pontal do Paraná, integrando o modal marítimo paranaense; movimentação de granéis sólidos na importação e na exportação e cargas gerais (aumento de empregos); geração de renda ao município; estudo de implantação de indústrias de Transformação ecológicas, alfandegadas. Obras de Infra-Estrutura: Ampliação e reforço estrutural do cais comercial para 180 metros de comprimento; possibilidade de aprofundamento do calado para 7,20m após a conclusão das obras; Obras de Infra-estrutura logística interna (área primária) com a implantação de pátios de manobra (32.000m²); Melhoria do sistema viário, com a recuperação das vias de acesso e implementação de ciclovia e calçada interligando os municípios de Morretes e Antonina; Obras de Revitalização da Estrutura Administrativa da APPA; Instalação de Balanças Ferroviárias e Rodoviárias; Reformas de Armazéns existentes. Plano de Arrendamento: Licitação de Áreas Alfandegadas para operação portuária, garantindo o fluxo ininterrupto de cargas e receitas para o Porto de Antonina; Instalação do Distrito industrial alfandegado. Fases I do projeto: Cais, projeto concluído, aguardando autorização dos órgãos competentes (meio ambiente, etc); Vias de acesso: projeto concluído, aguardando autorização dos órgãos competentes; Infra-estrutura Interna, projeto concluído; Infra-estrutura Administrativa: em fase final de elaboração. Valor de Investimento em Antonina: aproximadamente R\$ 20.000.000,00. Projetos Futuros em estudo (fase II): Arrendamentos em fase inicial de estudos; Distrito industrial, fase inicial de estudos. Terminal de granéis líquidos em parceria com a iniciativa privada. Execução da fase I: Estimado 14 meses. Fatos relevantes: Criação do CAP (Conselho de Autoridade Portuária de Antonina) Solicitação protocolada no Ministério dos Transportes. PDZPO –Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Antonina – simultaneamente ao Plano Diretos de ocupação e Uso do Solo do Município de Antonina. Amparado pelo projeto de expansão e plano de controle ambiental dos Terminais Portuários da Ponta do Félix. Antonina, 22 de setembro de 2005. Paulo Moacyr Wilhelm Rocha Filho, coordenador do Plano de Revitalização."

Disse ainda que o programa de Investimentos está sendo submetido a ANTAQ. O Conselheiro **Bóslis** manifestou os seus cumprimentos, e disse que o Porto de Antonina será o sustentáculo do Porto de Paranaguá, somando o sistema portuário futuro vai trazer os benefícios que o Estado do Paraná e o país precisam. Disse que o que lhe pergunta é a Rodovia que vai chegar até o Porto de Antonina, pois sabe que o Estado do Paraná apresentou três alternativas para a rodovia, e será animador se alguma estiver aprovada. Porque o transporte está impedindo o desenvolvimento do Porto. A Conselheira **Maria do Socorro**, disse que as obras que serão feitas em Antonina não estão presentes no PDZPO. E que todos os projetos de acesso tem que estar compatibilizados com o PDZPO. Como se trata de um arrendamento seria importante, para manter o caráter legal, que esse projeto passasse pelo CAP. O Sr. **Leopoldino** disse que o documento é uma antecipação de medidas que são prementes da cidade. Porque tem que se fazer uma linha de ação. Vai se aguardar que o PDZPO fique pronto, e que o trabalho da Ponta do Félix foi o que antecipou alguns dados, mas que ainda não há ninguém contratado para desenvolver o PDZPO. Uma vez aprovado o projeto, e acusado o recebimento do projeto por todos os diretores da APPA, será desencadeada a Segunda fase. O Conselheiro **Juarez** disse que o desafio enquanto Comunidade Portuária de Antonina é compatibilizar tempos e movimentos no sentido que quando se pensou em definir o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento de Antonina, que foi uma provocação feita por esse CAP em Janeiro, na Reunião em Antonina. Encontraram naquele momento, e lhes foi oferecido na gestão do Ogarito um esboço de uma primeira fase do PDZ, que foi uma contribuição feita no ano passado e que é a base de fundamentação, continuidade que vai se dar para o PDZPO definitivo. Disse que perderam muito tempo desde janeiro porque ao assumir a prefeitura o Prefeito Cléber em janeiro, depois ter participado da reunião do CAP em Antonina, preocupou-se para evitar a não integração do PDZPO do Porto com o Plano Diretor da cidade. Foi feito um, esforço grande para que o prefeito implantasse o Plano Diretor na cidade, e em menos de três semanas foi lançado o plano Diretor de Antonina, no qual um módulo desse plano é o desenvolvimento portuário, cuja Comissão nomeada pela Prefeitura, pela Câmara Municipal de Antonina é a mesma do CAP, ou seja a Comissão de Zoneamento do CAP, é a Comissão de Zoneamento do Plano Diretor de Antonina. Paralelamente Antonina tem uma demanda, no que se refere ao Porto Público de extrema carência de sua Infra-Estrutura. Resumindo os Armazéns seculares estão caindo, bem como o cais, que não tem manutenção a décadas. No entanto o Porto de Antonina tem feito na média dos últimos quatro anos, 700 mil toneladas de fertilizantes, ajudando e contribuindo em exonerar essa fila, e reduzir o custo para o produtor, evitando que o navio vá embora. A aparente perda de tempo em relação a integração do PDZPO, com o Plano Diretor se deu ao fato de esperar a formatura formatar a possibilidade de ter o Plano Diretor legalmente constituído, o que aconteceu a três semanas. Paralelamente por essa situação precária do Porto público, o Dr. Eduardo sensibilizado contemplou Antonina em investimento, especificamente o Porto público. O Desafio é compatibilizar esses tempos de movimentos, observando a questão da legalidade, e de que o município vai demandar mais tempo. Esse investimento de 20 milhões estão contemplados no orçamento da APPA, foram encaminhados para a Assembléia, e os projetos de engenharia estão prontos pela ausência do PDZP uma fragilidade do cumprimento do que estabelece a Lei 8630. Disse que essa pauta não seria o PDZP, porque é mais amplo, e que todas essas medidas se voltaram ao Terminal Público, não contemplando o futuro acesso que ambientalmente foi aprovado em duas audiências públicas. Disse que a alternativa escolhida foi ligar Antonina a BR 277 em apenas 10 Km, quando se sabe que o Porto de Itapuá em Santa Catarina, vai

rasgar 33km na Mata Atlântica. Aqui não tem impacto ambiental, porque os traçados já estão colocados. A questão ambiental se refere mais a ponte, que tem um custo maior. O que pretende-se é que em pouco tempo o Plano Diretor de Antonina vá contemplar os terminais. O **Conselheiro Michael** disse que os 33 km não vão rasgar a Mata Atlântica, pois a estrada já existente, bem como comunidades que serão beneficiadas pela melhoria da estrada. É uma área produtiva no sentido agrícola, e terá um benefício comunitário em toda essa extensão dos 33 km que vão fazer a conexão com Itapuá. O **Conselheiro Juarez** disse que esses acessos já estão consolidados, o que falta é a pavimentação. **7 - OFÍCIO CIRCULAR 006/05 - APPA E ANEXOS - O Presidente Hélio** informou que foi distribuído pela APPA a várias entidades, cujo teor coloca que o Conselho concordava com o posicionamento de determinado Conselheiro em relação a soja transgênica. Disse que revendo os arquivos do CAP, não encontraram nenhum posicionamento do CAP, sobre a matéria, e lhe parece não estar correta. O **Conselheiro Fayet** disse que na época em que isso foi colocado, fez um documento ao Conselho, que apresenta um item em que sugere em que o Conselho faça um estudo sobre o assunto. Foi criada uma Comissão específica sobre o assunto, tendo relatório dia 29 de setembro, que foi aprovado pela Comissão específica que foi designada pelo Conselho, mas no Plenário não houve decisão, porque naquele momento se tinha a medida provisória em curso, e seria contraditória uma decisão do Conselho diante do que viesse a ser aprovado pela Legislação. Como a Legislação especificou a questão, o Conselho entendeu que não havia necessidade de pronunciamento oficial. Sendo que o Conselho não tomou decisão. O **Conselheiro Sérgio Botto** acredita que a superintendência tenha enviado o ofício para ciência, para que a memória do Conselho fosse reavivada. Até porque a polêmica em torno desse assunto extravasa, no âmbito do CAP, estando no âmbito político e judicial. E não vê sentido em estabelecer debate em torno disso. O **Conselheiro Fayet** disse não ter relação com o assunto, por representar a AEB, e que quando trabalhou esse tema no CAP, a pedido do Ministro Anderson Adauto, fez um assessoramento voluntário como representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. Disse que os Relatórios são públicos e discutidos na Casa Civil, onde foram feitas várias sugestões, como sistema de classificação, e como poderia ser a compatibilização das decisões Federais com as necessidades dos diversos portos. O **Presidente** disse que a presença desse item na pauta não trata-se de discutir o mérito do assunto, mas o fato de dizer que o Conselho teve a plena aceitação dos seus pares. E que vai encaminhar uma carta ao Superintendente, dizendo que o assunto foi visto no Conselho, e que nos arquivos do CAP não encontra nenhuma afirmação dessa natureza. E que o que estiver a disposição da secretaria vai ser encaminhado para que se possa restabelecer a verdade dos fatos. **8 - ANTAQ - ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - RELATÓRIOS Nº AG002A/2005-SPO e AG002B/2005-SPO - O Presidente Hélio** registra que foram entregues cópia eletrônica e impressa dos Relatórios da ANTAQ, bem como cópia impressa do Ofício 182/2005 - DG - ANTAQ, e pergunta se o Conselho decidirá apenas por acusar o recebimento, ou manifestará opinião sobre a matéria? O **Conselheiro Fayet** sugere que se analise o relatório, e durante o intervalo da atual reunião e a próxima, os conselheiros tenham liberdade de pautar o assunto ou não. O **Conselheiro Michael** disse que se frustrou por específicas articulações de pendências que saem em atas que todos aprovaram, e disse que já reclamou por não terem uma lista que circule em cada reunião Ordinária das pendências que são articuladas, e não são respondidas dentro do prazo. Disse que gostaria de fazer uso do documento da ANTAQ, dos assuntos gerais, em um posicionamento do artigo 21, que são reclamações.



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

sobre falta de informações de calado máximo. E na Ata 138 que está aguardando aprovação do Bloco 3, se tem articulações sobre dragagem, e 60 dias de passagem de dois documentos importantes citados pela ANTAQ, no parágrafo 21, que é uma atualização das condições de Segurança de Navegação no Porto. Tem-se então a necessidade de receber da APPA um posicionamento atualizado, e enquanto ficar como pendência tem que se fazer uma lista de pendências. O Presidente disse acreditar que com a nova força auxiliar que se terá na Secretaria do Conselho, se poderá rever todas as atas e identificar o que ainda não foi atendido e solicitar reiteradamente, porém já foi orientado a Secretaria do CAP que se verificasse todas as correspondências que já foram expedidas, e que eventualmente não tenha se tido a resposta. Um dos assuntos é a questão do Bow-Thruster, e o Horário de Funcionamento do Porto. O Conselheiro **Fayet** disse que foi encaminhada uma solicitação da ANTAQ a respeito do ISPS-CODE, e pergunta se foi encaminhado algum relatório formal. O Presidente pergunta ao Secretário Vitor, se a APPA encaminhou algum relatório formal sobre o assunto do ISPS-CODE e a situação que se encontra. O **Secretário** informa que não, mas que foi declarada na última reunião pela Dr. Stela uma posição informal. O **Presidente** ainda disse que foi encaminhado a ANTAQ, um expediente sobre o assunto. **Item 9 - RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA - Relatório Gerencial do Porto de Paranaguá: - Agosto/2005**, foi distribuído a todos os Conselheiros. Movimento de Mercadorias: Carga Geral Exportação: 561.263 toneladas; Carga Geral Importação: 204.860 toneladas. Granel Sólido Exportação: 1.204.836 toneladas. Granel Sólido Importação: 511.883 toneladas. Granel Líquido Exportação: 227.163 toneladas. Granel Líquido Importação: 71.262 toneladas. Movimentação de Veículos Exportação: 13.490 unidades. Contêineres Exportação: 18.607 (T.E.U.). Contêineres Importação: 18.549 (T.E.U.). Movimentação de Veículos Importação: 135 unidades. **Relatório Gerencial do Porto de Antonina:-** Exportação 67.445 toneladas. Importação 65.766 toneladas. **Relatório de Atividades do Ogmo/PR:-** apresentado pelo Sr. Dautro Nascimento, Diretor Executivo do Ogmo/Pr., relativo ao **mês de agosto, exercício de 2005**: Distribuído cópia a todos os Conselheiros. **Contendo:** 1. Valores de mão-de-obra com encargos - TPAs: R\$12.233,39; 2. Quantidade de trabalhos: 70.271; 3. Quantidade de Trabalhadores: 3.504; 4. Treinamentos: 72 cursos; 999 vagas oferecidas; 924 TPAs aprovados; 5. Fiscalização: 1.457; 6. Segurança e Medicina do Trabalho: 1.872 exames médicos realizados; 136 acidentes de trabalho; R\$235.352,00 gastos com EPIs. Na seqüência, o Sr. Dautro informou que o Conselho do OGMO, autorizou a permanência, em tempo integral, com recebimento de uma Bolsa-Auxílio, de uma estagiária, Erinice Mendes Izaias, na Secretaria do CAP. O Presidente **Hélio** solicitou a manifestação dos Conselheiros Ruy e Admilson, que representam a Administração do Porto, considerando que a ela cabe prover os meios necessários a dar esse suporte, na área administrativa do CAP, pergunta se há alguma objeção por parte da Administração do Porto, de uma estagiária vinda do OGMO, para estagiar na Secretaria do CAP. Os Conselheiros representantes da Administração do Porto, informaram não haver nenhuma objeção quanto ao fato da secretaria do CAP receber contribuição, em tempo regular, dos serviços de uma estagiária na Secretaria do CAP. **ASSUNTOS GERAIS:** O **Presidente Hélio** pergunta ao Conselho se há alguma restrição para que se apresente na próxima reunião uma exposição sobre Cereal Duto, pelo Conselheiro Ozeil, e uma apresentação solicitada pelo Conselheiro Juarez sobre o Estudo da Gestão Ambiental, promovido pela Ponta do Félix. Não havendo nenhuma oposição as apresentações ficam agendadas para a próxima Reunião. O Conselheiro **Michael** disse precisa de uma conclusão de trabalhos, para poder



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

fazer um documento de estabelecimento de calados máximos para o Porto. Pede então uma posição atualizada, perguntando para quando se pode esperar o documento da APPA. O **Presidente** explica que o que se necessita é uma posição geral sobre os calados, o estágio dos trabalhos dos calados ofertados, e daqueles que se pretende obter, dos serviços de dragagem. O Conselheiro **Admilson** informa que não há grandes alterações e que está previsto nas portarias que estão em vigor, e que está sendo reestudada a nova portaria de permanência no Porto. Que seriam reverificado todos os calados, e acredita que até a próxima Reunião possa se dar uma definição dos calados. O Conselheiro **Michael** disse que o que foi registrado na ata de 60 dias atrás, é que se tem documentos em pedaços de épocas desencontradas, com atividades agressivas de dragagem, não só corretivas, mas para reatualizar o Porto. É importante que não se passe o futuro em pedaços, mas sempre atualizando o trecho inteiro, desde fora da barra. Os documentos não podem ser só uma portaria, que estabelece um calado no berço 215, ou 216. Tem que se fazer uma lavagem da alma direta. A capitânia que tem um documento de apoio que é o capítulo 4 da Normativa, ficou de ser atualizada, foi retirada do Site da Internet, porque está em trabalho e mostra que serviria de algo corroborador para estabelecer quais são as Condições de Segurança de Navegação. Entende que a obra da Bandeirantes já terminou, e ainda não se tem a licitação do próximo Contrato de Dragagem. Concluiu-se algo e se deveria ter a condição de dizer qual é o calado seguro no Porto de Paranaguá. O Conselheiro **Frisoli** solicita pela terceira vez o encaminhamento da cópia do Plano de Dragagem. O Conselheiro **Bósio** informa que a Comissão de Atração de Cargas e assuntos Propositivos estará enviando a todos os Conselheiros um formulário com três perguntas, para que sejam colocadas sugestões para melhor da Comissão. Pede então uma posição atualizada, perguntando para quando se pode esperar o documento da APPA. A Conselheira **Maria do Socorro** disse que o Porto deveria divulgar as condições de navegação no canal da Galheta para evitar acréscimos nos valores dos fretes, seguros e outros custos maiores. Disse que tudo isso que se vive é em razão de haver uma cultura de terra e não de mar e de não entender o mar como cliente, que é poderoso, e impõe as regras. Que em todos os maiores portos do mundo são anunciadas as condições de navegação e de segurança. O **Presidente Hélio** disse que o problema é que se precisa de dados e informações da Administração do Porto, e não se consegue reproduzir essas informações. O Conselheiro **Fayet** faz questão de registrar que endossa as palavras da Conselheira Maria. O Conselheiro **Admilson** disse que as regras do Porto estão estabelecidas, e são de conhecimento de todos. Sendo que o problema é que a norma é um pouco antiga, e que houveram alguns remendos, algumas portarias, e o que se precisa fazer é uma compilação de todos os dados, que estão bem definidos, e que ninguém desconhece. O Conselheiro **Michael** disse que os Portos que visam uma proteção desqualificada do seu bem-estar econômico, como a Prefeitura Naval Argentina que publica o seu Boletim Fluvial quase que semanalmente, no mínimo em mês três publicações. Disse também que a compilação de várias ordens de serviço é perigosa. Se um dinamarquês, ou alemão tomar conhecimento que em 2002, tinha 10,97m e agora em um só documento 10,97, ele ficará receoso. Disse que tem que se Ter um documento sério, e fundamentado por batimetrias atualizadas. O Sr. **Ogarito** - sobre ISPS-CODE, informa que há 15 dias houve uma reunião em Brasília, no Ministério da Justiça, na qual esteve acompanhando o Superintendente. Na ocasião o Porto de Paranaguá estava numa situação melhor que muitos Portos que estavam lá. Disse que a licitação já está na fase final, que parte do material está sendo entregue, e que a parte de instalação se dará em torno de 60 dias. O Conselheiro **Ozeil** informa que a Comissão de Segurança de Meio

Ambiente estará também enviando um questionário, onde serão colocadas as sugestões de cada Conselheiro, para melhoria dessas questões. O Presidente Hélio disse que recebeu um Convite para o dia 03, e posse da Diretoria e Conselhos para o biênio 2005/2007 da ACIAP. Registra agradecimentos a ACIAP, pelo acolhimento recebido nessa entidade, que é uma atenção prestada a Administração do Porto de Paranaguá, que tem como compromisso dar as condições técnicas e ocupacionais, para que o CAP funcione. Estando a quase um ano recepcionados na ACIAP, agradece ao Sr. Adriano e seus pares, desejando sucesso a aqueles que se incorporaram nessas novas atividades, para que tenham êxito na sua missão. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e confirmando a 15ª Reunião Extraordinária para o dia 11 de agosto de 2005, às 9h, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**, Secretário Executivo, lavrada a presente Ata que segue assinada pelo Presidente e demais Conselheiros e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva _____

Sérgio Botto de Lacerda _____

Rogério Distéfano _____

José Baka Filho _____

Ruy Alberto Zibetti _____

Admilson Lanes Morgado de Lima _____

Carlos Alberto Silveira Calvo _____

Michael Martins da Silva _____

Carlos Roberto Frísoli _____

Carlos Gilberto Guadahim Matoso _____

Leonardo Luiz Vicente _____

Wilson Moraes da Silva _____

Ademir Scomasson _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Carlos Alberto Martins da Costa _____

Zulfiro Antonio Bósio _____

Ozeil Moura dos Santos _____

Luiz Antonio Fayet _____

Airton Galinari _____

Sidney Pinto _____

José Roberto Almeida Correa _____



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

João Gilberto Cominese Freire _____

CONVIDADOS:

Capitania dos Portos do PR - Francisco dos Santos Moreira _____

FAEP - Nilson Hanke Camargo _____

APPA - Antonina - Leopoldino de Abreu Neto _____

OGMO/PR. - Daltro Nascimento _____

SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli _____

SINDAPAR - Laís Sávio _____

APPA - Paranaguá - Xênia Karina Arnt _____

APPA - Paranaguá - Stella Maris Bittencourt Figueiredo _____

APPA - Paranaguá - Ogarito Borgia Linhares _____

Receita Federal - João Batista Firmiano _____

Polícia Federal - João Augusto C. Santos _____

CEXPAR - Neri Bachi Dal Prá _____

APPA - Priscila Pereira Mello _____

Kelly Frizzo _____